



FMI corta previsão para economia global, mas eleva PIB do Brasil

IBGE aumenta estimativa e passa a prever recorde para safra de grãos em 2026

Página 3

Municípios paulistas recebem mais de R\$ 1 bilhão em repasse de ICMS

Página 2

Matrículas estão abertas para primeira chamada do Provão Paulista

Está aberto até esta quarta-feira (15) o prazo para matrícula dos candidatos aprovados na primeira chamada do Provão Paulista Seriado para ingresso no segundo semestre de 2026 em cursos superiores gratuitos das Faculdades de Tecnologia do Estado (Fatecs) do Centro Paula Souza (CPS) e da Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp).

Os convocados deverão, obrigatoriamente, efetuar a matrícula conforme o cronograma e as normas de cada instituição de Ensino Superior. A Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP), responsável pela organização do exame, sugere aos interessados observar as regras no portal do Provão Paulista. **Página 2**

Novas regras de empréstimo consignado por servidores e aposentados



Página 14

O Fundo Monetário Internacional (FMI) reduziu a projeção de crescimento da economia global para 2026 e alertou para o risco de recessão caso a guerra no Oriente Médio se prolongue. Ao mesmo tempo, a instituição elevou a estimativa para o Brasil, impulsionado pela alta das commodities energéticas.

Segundo o relatório Perspectiva Econômica Mundial, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) global foi revisado de 3,3% para 3,1% em 2026. A mudança reflete os impactos do conflito envolvendo Estados Unidos, Israel e Irã sobre preços de energia, cadeias produtivas e confiança dos mercados.

Para o Brasil, a projeção foi elevada de 1,6% para 1,9% no mesmo período. De acordo com o FMI, o país tende a ser menos afetado que economias da Ásia, Europa e África e pode até se beneficiar no curto prazo por ser exportador líquido de energia.

O FMI avalia que o cenário atual representa um risco maior para a economia global do que choques recentes, como a onda de tarifas comerciais dos Estados Unidos. Segundo o economista-chefe da instituição, Pierre-Olivier Gourinchas, a escalada no Golfo Pérsico pode ter efeitos significativamente mais graves do que o previsto. **Página 3**

Serviços avançam 0,1% em fevereiro, patamar recorde da série histórica

Página 3

Artesp e USP firmam convênio para fortalecer inovação na infraestrutura de transportes de São Paulo

Página 2

DÓLAR	
Comercial	Turismo
Compra: 4,98	Compra: 5,00
Venda: 4,98	Venda: 5,18
EURO	
Compra: 5,88	
Venda: 5,88	

São Paulo

O futuro do fitness chega às ruas de São Paulo: cidade inaugura academia ao ar livre com inteligência artificial e promete revolucionar a saúde pública

Projeto inovador integra tecnologia, personal trainer digital e dados para combater sedentarismo na população

A cidade de São Paulo dá um passo inédito rumo à inovação em saúde pública e qualidade de vida. No próximo dia 15 de abril, será inaugurada na Zona Norte a primeira unidade da academia ao ar livre WEMOVELT, um projeto que une tecnologia de ponta, inteligência artificial e acesso gratuito à prática de atividade física.



Prefeito de SP, Ricardo Nunes

A iniciativa conta com o apoio do prefeito Ricardo Nunes e do deputado Felipe Franco, que convidam a população para conhecer de perto esse novo conceito de academia pública, projetado para transformar a forma como os cidadãos se exercitam nos espaços urbanos.

Academia com inteligência artificial e personal trainer digital

O grande diferencial do projeto está na integração entre os equipamentos físicos e um sistema digital inteligente. Por meio de um aplicativo exclusivo, o usuário pode escanear um QR Code nos aparelhos e acessar um personal trainer com inteligência artificial, que monta treinos personalizados de acordo com o perfil, limitações físicas e objetivos de cada pessoa.

A tecnologia permite orientar desde iniciantes até praticantes mais avançados, levando em consideração fatores como dores, mobilidade, condicionamento físico e rotina.

Estrutura de alta durabilidade e uso contínuo

Os equipamentos foram desenvolvidos com tecnologia de ponta e padrão internacional de qualidade, preparados para uso intensivo em ambientes urbanos. Contam com sistemas antivandalismo e anticorrosão, garantindo funcionamento contínuo mesmo sob chuva e exposição ao tempo. Na prática, trata-se de uma academia completa, semelhante às academias tradicionais, porém totalmente adaptada ao espaço público e com acesso gratuito para a população.

Dados para políticas públicas de saúde

Outro grande diferencial da

ATENÇÃO TIME A FORÇA DO ESPORTE

AMANHÃ, DIA 15/04 (QUARTA-FEIRA) ACONTECE A INAUGURAÇÃO DA PRIMEIRA ACADEMIA OUTDOOR DE SÃO PAULO.

📍 RUA VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA, 4573 **10H**

Uma iniciativa do Deputado Felipe Franco, junto ao Prefeito Ricardo Nunes, levando mais acesso ao esporte pra população.

Chamem as pessoas e venham prestigiar esse momento histórico. Vamos mostrar a força do esporte juntos.

WEMOVELT é a capacidade de gerar dados estratégicos para o poder público. A plataforma coleta informações de uso de forma estruturada, permitindo a análise de indicadores relacionados à saúde da população.

A cada ciclo de dois a três meses, relatórios podem ser en-

tregras à prefeitura, trazendo insights sobre o impacto da prática de atividade física no combate a problemas como sedentarismo, sarcopenia, baixa mobilidade e outras condições associadas à falta de atividade física.

Esses dados ajudam a orientar políticas públicas mais efici-

entes, baseadas no comportamento real da população.

Tecnologia brasileira com impacto global

A solução tecnológica foi desenvolvida no Brasil, integrando inteligência artificial ao ambiente urbano de forma prática e acessível.

Segundo Ivan Moniz, sócio do projeto, a iniciativa marca um novo momento para o setor: "Estamos muito felizes em dar esse pontapé inicial em São Paulo, que é uma das maiores cidades do mundo. Esse projeto representa uma nova forma de pensar saúde pública, unindo tecnologia, dados e acesso democrático ao exercício físico."

Expansão já prevista na cidade

A unidade da Zona Norte marca o início de um plano de expansão dentro da capital paulista. A expectativa é que novas academias sejam implementadas em outras regiões, com destaque para a Zona Leste, ampliando o alcance do projeto.

O prefeito Ricardo Nunes reforça o compromisso com iniciativas que promovam bem-estar e inovação:

"Esse é um projeto que une saúde, tecnologia e qualidade de vida. A nossa intenção é expandir esse modelo para outras regi-



Deputado Felipe Franco

ões da cidade."

Convide à população

A inauguração é aberta ao público, que poderá conhecer de perto a estrutura, testar os equipamentos e experimentar a tecnologia do personal trainer com inteligência artificial.

A proposta é transformar o espaço público em um ambiente ativo, inteligente e acessível para todos.



PREFEITURA DE SÃO PAULO

Dia mundial do café: SP é destaque com rota turística e novas pesquisas

Na terça-feira (14), dia mundial do café, o Governo de SP destacou a importância do grão para o estado e suas iniciativas para impulsionar o produto. Cerca de 80% a 90% dos cafezais com café tipo arábica plantados no Brasil são com materiais do Instituto Agronômico, órgão do Governo de São Paulo. Além disso, São Paulo possui o maior cafezal urbano do mundo, localizada na capital paulista.

A previsão estimada para a safra 2025/26 é de 4,7 milhões de sacas de 60 kg, o equivalente a 282,7 mil toneladas de café, um aumento de 5,8% em relação à safra anterior. Segundo o Instituto de Economia Agrícola, o grão é o 5º produto com maior

Valor de Produção Agropecuária (VPA) no estado de São Paulo, com R\$ 9,6 bilhões.

A Diretoria de Assistência Técnica Integral (CATT) Regional de Franca é destaque com a produção de 2 milhões de sacas, mantendo a liderança estadual, representando 57,4% do total colhido. Somando 1,1 milhão de sacas (23,6%) colhido na CATT Regional de São João da Boa Vista, ambas perfazem 4/5 de toda a produção estadual.

Rotas do Café

As Rotas do Café de São Paulo completam 1 ano impulsionando o turismo no setor cafeicultor. A iniciativa, coordenada pela Casa Civil pela InvestSP, é



desenvolvida pelas secretarias de Agricultura e Abastecimento (SAA), Turismo e Viagens (Setur-SP), Desenvolvimento Econômico (SDE) e Cultura, Economia e Indústrias Criativas. São 57 atrativos turísticos ligados ao grão em 25 municípios paulistas, resultando em cinco rotas inéditas, além de destinos cafeeiros independentes. Entre as atrações turísticas estão fazendas de antigos barões do café, museus históricos, cafés premiados interna-

cionalmente e centros de pesquisa abertos à visitação.

As rotas estabelecidas são: Rota Cuesta, Itaqueri e Tietê Paulista (que abrangem municípios como Brotas, Dois Córregos e Dourado);

Rota Circuito das Águas Paulista (Serra Negra, Monte Alegre do Sul, Amparo e Campinas); Rota Mantiqueira Vulcânica Paulista (Caconde, Espírito Santo do Pinhal e Águas da Prata);

Rota Mogiana Paulista (Franca, Pedregulho, Patrocínio Paulista e Cristais Paulista); Rota Açaí Paulista (Marília e Garça).

IAC

O Instituto Agronômico (IAC-APTA) contribui com a cafeicultura brasileira com os programas de melhoramento por materiais genéticos, como cultivares imunes à ferrugem e tolerantes à seca. Também realizam ações sobre cafés especiais, e fazem transferência de tecnologia por meio das redes digitais.

Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social (PAIS)

O café faz parte do Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social - PAIS, uma ação do Governo do Estado de São Paulo, por meio do Itesp, que visa estimular a produção e garantir a comercialização dos produtos da agricultura familiar paulista. A in-

clusão do grão no programa corroborou com um montante maior que do ano anterior, totalizando em R\$ 53 milhões movimentados pela iniciativa em 2025.

Concurso do Café

A Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA) realiza, por meio da Diretoria de Assistência Técnica Integral (CATT), concursos estaduais sobre a qualidade do café. Na 24ª edição do concurso, foram premiados os 50 melhores cafés do estado nas categorias: arábica natural, arábica cereja, descascado, arábica fermentado, arábica orgânico e canephora.

Os vencedores da edição de 2025 foram produtores da Barra do Turvo, que alcançaram a maior nota da história de todo o evento. Os cafés premiados possuem o Selo Agro SP Café certificando oficialmente sua excelência e ampliando sua capacidade de inserção no mercado. (Governo de SP)

CESAR NETO
www.jornalistacesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)
"Vossa Excelência - A Memória", apresentado pela jornalista Viviane Cezarino, foi gravado com o ex-vereador e ex-conselheiro no TCM, Edson Simões [morando em Portugal]. O pensador e produtor é Gabriel Couto Xavier

PREFEITURA (São Paulo)
Ex-vereador [elegido-se em 1992], o ex-prefeito Gilberto Kassab [refundador e dono do PSD] mantém a afirmação de que [se dependesse dele] escolheria Tarciso Freitas e não Flávio Bolsonaro pra presidência 2026

ASSEMBLEIA (São Paulo)
Muitos(as) deputados(as), que se identificam como cristãos, seguem não aceitando o fato do presidente (USA) Trump ter apagado sua imagem [incorporando o Cristo], após chamar o papa 'Leão 14' de terrível e de fraço

GOVERNO (São Paulo)
Vice-governador [Judaísmo] Felício Hamuth [ex-PSD do Kassab... agora no MDB do ex-presidente Temer], segue dizendo que mudou porque não existe fidelidade partidária pra prefeitos, governadores, senadores e presidentes

CONGRESSO (BRASIL)
Dependendo do judeu [Judaísmo] e senador-presidente Alcolumbre (União), o relatório da CPI [crimes organizados] não evoluirá. Já a bancada do PL quer barrar a indicação do cristão [protestante] Jorge Messias ao Supremo

PRESIDÊNCIA (Brasil)
Enquanto levantamentos / 'pesquisas' indicarem que o Lula (domina o PT) pode vencer num 2º turno 2026, o vice-presidente Alckmin (ex-PSDB ... no PSB) aproveita pra insinuar que ele 'elegeu' Lula nas eleições 2026

PARTIDOS (Brasil)
Alguns donos e donas dos partidos com maioria de filiados(as) cristãos [católicos e protestantes] seguem não aceitando o presidente Trump (USA) ter se passado pelo Cristo pra atacar o papa [igreja católica] 'Leão 14'

JUSTIÇAS (Brasil)
Decano no Supremo, o ministro [via FHC] Gilmar Mendes praticamente já está em guerra contra alguns senadores(as) que estão tentando indiciamentos contra alguns de seus colegas no Supremo e o atual PGR Paulo Gonet

ANO 34
O jornalista Cesar Neto faz uso da Inteligência Espiritual. Na imprensa (Brasil) desde 1993, nossa coluna [diária] de política recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (SP) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP) ... por ter se tornado referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] ... X @cesarnetoreal

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - "Contudo, o Senhor mandará de dia a sua misericórdia, e de noite a sua canção estará comigo: a oração ao Deus da minha vida" - Salmo 42:8

Jornal O DIA S. Paulo
Administração e Redação
Assinatura on-line Mensal: R\$ 20,00
Matriz: Rua Carlos Comenale, 263 3º andar - Bela Vista - SP
CEP: 01332-030
Filial: Curitiba / PR
Agências de notícias
Agência Brasil - EBC Notícias Agrícolas FolhaPress
Assinatura on-line Mensal: R\$ 20,00
Publicidade Legal Atuas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822
Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50
A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião
E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Matrículas estão abertas para primeira chamada do Provão Paulista

Está aberto até esta quarta-feira (15) o prazo para matrícula dos candidatos aprovados na primeira chamada do Provão Paulista Seriado para ingresso no segundo semestre de 2026 em cursos superiores gratuitos das Faculdades de Tecnologia do Estado (Fatecs) do Centro Paula Souza (CPS) e da Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp).

Os convocados deverão, obrigatoriamente, efetuar a matrícula conforme o cronograma e as normas de cada instituição de Ensino Superior. A Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP), responsável pela organização do exame, sugere aos interessados observar as regras no portal do Pro-

vão Paulista. É de inteira responsabilidade do candidato conferir as listagens de convocação para a matrícula e a relação dos documentos necessários no site provaopaulistaseriado.unesp.com.br. As Fatecs oferecem 4.630 vagas, em mais de 90 cursos para ingresso no segundo semestre de 2026, via Provão Paulista.

Vestibular das Fatecs
O Provão Paulista facilita o ingresso em um curso superior gratuito, mas não exclui a possibilidade de os estudantes interessados também participarem do Vestibular das Fatecs, aumentando as chances de conseguir uma vaga no Ensino Superior. As inscrições do Vestibular das Fatecs para o segundo semestre de 2026



Os convocados devem realizar a matrícula online entre 14 e 15 de abril

já estão abertas e devem ser feitas exclusivamente pelo site vestibular.fatec.sp.gov.br. O prazo termina no dia 1 de junho. **Calendário das próximas etapas do Provão Paulista:**
Matrículas da primeira chamada: 14 e 15 de abril
Divulgação da segunda chamada para matrículas: 22 de abril

Artesp e USP firmam convênio para fortalecer inovação na infraestrutura de transportes de SP



A Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp) e a Universidade de São Paulo (USP) celebraram um convênio de cooperação técnico-científica para fortalecer a inovação na infraestrutura de transportes de São Paulo. O convênio abrange a preparação de pesquisas aplicadas em temas como segurança viária e veicular, estudos de tráfego, engenharia de transportes, ciência e engenharia de dados, inteligência artificial, geoprocessamento, economia e regulação, além da infraestrutura rodoviária, metroferroviária, hidroviária e aeroportuária.

A parceria permite a produção de relatórios técnicos e artigos científicos, bem como o desenvolvimento de ferramentas tecnológicas como softwares, modelos de análise de dados e big data, que poderão ser utilizadas para apoiar as atividades regulatórias da Artesp. Também estão previstas ações de capacitação e realização de workshops anuais para apresentação e discussão dos resultados com a equipe técnica da Agência.

Com vigência de 60 meses, o acordo estabelece uma atuação conjunta entre as instituições com foco na produção e na aplicação de conhecimento técnico-científico em áreas estratégicas para o sistema de transportes paulista, formalizados por meio de Termos de Apostilamento, que detalham objetivos, metodologias, cronogramas e responsabilidades. Segundo o Superintendente de Transportes Coletivos, Felipe Ricardo da Costa, este convênio consolida um passo estratégico para a Artesp ao integrar a experiência regulatória com a Universidade de São Paulo (USP): "A partir dessa cooperação, ampliamos nossa capacidade de usar dados, tecnologia e pesquisa aplicada para aprimorar a regulação e promover mais segurança e eficiência nos transportes." Os projetos poderão envolver alunos de iniciação científica, mestrado e doutorado da USP, promovendo a integração entre a experiência prática da Artesp na regulação e fiscalização de concessões de transporte e a capacidade acadêmica e científica da universidade. A coordenação do convênio ficará a cargo de professores da Escola de Engenharia de São

Carlos (EESC-USP) e da Escola Politécnica (EPUSP), em conjunto com representante da Artesp, que serão responsáveis pelo acompanhamento das atividades, pela avaliação dos resultados e pela prestação de contas do objeto do acordo.

Sobre a Agência Reguladora de Transportes de São Paulo
A Artesp é a agência responsável por regular e fiscalizar a maior rede de sistemas de transporte sob concessão estadual do país. Com atuação integrada sobre mais de 11,7 mil quilômetros de rodovias concedidas, linhas de metrô e trem, o sistema de VLT da Baixada Santista, cerca de 52 mil ônibus entre intermunicipais e metropolitanos e aeroportos regionais, a Agência trabalha para melhorar a experiência do usuário, impulsionar a segurança viária e modernizar contratos e sistemas de mobilidade, contribuindo para um transporte mais eficiente, seguro e conectado para milhões de pessoas em todo o Estado de São Paulo. (Governo de SP)

Municípios paulistas recebem mais de R\$ 1 bilhão em repasse de ICMS

A Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo (Sefaz-SP) deposita na terça-feira (14) R\$ 1,01 bilhão na conta dos 645 municípios paulistas. Esse é o segundo repasse referente ao mês, do ICMS arrecadado no período de 6 a 10 de abril, já com o desconto do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). A Sefaz-SP já havia repassado R\$ 353,56 milhões aos municípios em 7/4, relativos ao ICMS apurado de 30/3 a 3/4. Com o depósito desta terça-feira (14),

o valor acumulado em abril sobe para R\$ 1,36 bilhão. Os valores correspondem a 25% da arrecadação do imposto, que são distribuídos às administrações municipais com base na aplicação do Índice de Participação dos Municípios (IPM) definido para cada cidade. No primeiro trimestre de 2026, o Governo Estadual realizou treze repasses semanais às cidades paulistas totalizando R\$ 11,56 bilhões do ICMS. Os valores semanais transferidos aos municípios paulistas variam em função dos prazos de pagamento do imposto fixados

no regulamento do ICMS. Dependendo do mês, pode haver até cinco datas de repasses. As variações destes depósitos oscilam conforme o calendário mensal, os prazos de recolhimento e o volume dos recursos arrecadados. A agenda 159 de pagamentos está concentrada em até cinco períodos diferentes no mês, além de outros recolhimentos diários, como por exemplo, os relativos à liberação das operações com importações. Os repasses aos municípios são liberados de acordo com os respectivos Índices de Participação dos Municípios, conforme determina a Constituição Federal,

de 5 de outubro de 1988. Em seu artigo 158, inciso IV, está estabelecido que 25% do produto da arrecadação de ICMS pertence aos municípios, e 25% do montante transferido pela União ao Estado, referente ao Fundo de Exportação (artigo 159, inciso II e § 3º). Os índices de participação dos municípios são apurados anualmente (artigo 3º, da LC 63/1990), para aplicação no exercício seguinte, observando os critérios estabelecidos pela Lei Estadual nº 3.201, de 23/12/81, com alterações introduzidas pela Lei Estadual nº 8.510, de 29/12/93. (Governo de SP)

FMI corta previsão para economia global, mas eleva PIB do Brasil

O Fundo Monetário Internacional (FMI) reduziu a projeção de crescimento da economia global para 2026 e alertou para o risco de recessão caso a guerra no Oriente Médio se prolongue. Ao mesmo tempo, a instituição elevou a estimativa para o Brasil, impulsionado pela alta das commodities energéticas.

Segundo o relatório Perspectiva Econômica Mundial, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) global foi revisado de 3,3% para 3,1% em 2026. A mudança reflete os impactos do conflito envolvendo Estados Unidos, Israel e Irã sobre preços de energia, cadeias produtivas e confiança dos mercados.

Para o Brasil, a projeção foi elevada de 1,6% para 1,9% no mesmo período. De acordo com o FMI, o país tende a ser menos afetado que economias da Ásia, Europa e África e pode até se beneficiar no curto prazo por ser exportador líquido de energia.

Guerra pressiona inflação
O FMI avalia que o cenário

atual representa um risco maior para a economia global do que choques recentes, como a onda de tarifas comerciais dos Estados Unidos. Segundo o economista-chefe da instituição, Pierre-Olivier Gourinchas, a escalada no Golfo Pérsico pode ter efeitos significativamente mais graves do que o previsto.

No cenário considerado base, o conflito teria duração limitada, com preço médio do petróleo em torno de US\$ 82 por barril em 2026. Ainda assim, haveria desaceleração global.

Em um cenário mais adverso, com petróleo acima de US\$ 100 por barril até 2027, o mundo poderia se aproximar de uma recessão.

Já em uma hipótese mais severa, com preços chegando a US\$ 110 em 2026 e US\$ 125 em 2027, a inflação global ultrapassaria 6%, exigindo novos apertos monetários por parte dos bancos centrais.

Brasil se beneficia

Apesar do ambiente externo

mais desafiador, o Brasil aparece entre os poucos países com revisão positiva nas projeções. O FMI atribui esse movimento ao aumento das receitas com exportações de petróleo e outras commodities (bens primários com cotação internacional).

Ainda assim, o crescimento brasileiro segue moderado em comparação com outras economias emergentes. Para 2027, a previsão é de expansão de 2%, abaixo do estimado anteriormente, refletindo a desaceleração global, custos mais altos de insumos e condições financeiras mais restritivas.

O fundo destaca que fatores como reservas internacionais elevadas, menor dependência de dívida em moeda estrangeira e câmbio flutuante devem ajudar o país a enfrentar choques externos.

Impactos nas grandes economias

Entre as principais economias, os Estados Unidos devem crescer 2,3% em 2026, com leve

desaceleração em 2027. A zona do euro enfrenta um cenário mais desafiador, com crescimento projetado em cerca de 1,1%, pressionado pelos custos de energia.

A China deve ter expansão de 4,4% em 2026, enquanto o Japão mantém crescimento mais modesto, próximo de 0,7%.

Economia global mais vulnerável

O FMI ressalta que as projeções consideram um cenário relativamente controlado para o conflito. Caso haja escalada mais intensa ou interrupções prolongadas no fornecimento de energia, os efeitos sobre crescimento, inflação e mercados financeiros podem ser significativamente mais severos.

O relatório indica que a economia global entra em um período de maior fragilidade, com maior sensibilidade a choques geopolíticos. Segundo o fundo, o desempenho melhor do Brasil aparece como um alívio pontual, dependente de fatores externos. (Agência Brasil)

Serviços avançam 0,1% em fevereiro, patamar recorde da série histórica

O volume de serviços do país cresceu 0,1% em fevereiro, em relação a janeiro deste ano. O resultado está relacionado a altas nas atividades de Informação e Comunicação (1,1%), com destaque para os serviços de TI e Transportes (0,6%), influenciado pelo transporte rodoviário de cargas (0,9%), registrando patamar recorde da série histórica.

Frete a fevereiro de 2025, o volume de serviços cresceu 0,5%, seu 23º resultado positivo consecutivo. O acumulado nos últimos 12 meses foi de 2,7%.

Os dados constam da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), divulgada nesta terça-feira (14) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O analista Luiz Carlos de Almeida Junior explica que os serviços de informação e comunicação foram os que mais impactaram o resultado na variação contra o mês imediatamente anterior e na variação contra o mesmo período do ano passado.

“Esse protagonismo do setor de informação e comunicação vem se consolidando desde o período pós-pandemia, influenciando o ritmo do setor de serviços como um todo”, disse.

Segundo o IBGE, em fevereiro, três das cinco atividades investigadas na PMS cresceram. Além de Informação e Co-

municação e Transportes, a outra expansão do mês ficou com os serviços prestados às famílias (1,4%), que se recuperou da perda de 0,5% registrada em janeiro e apresentou a taxa mais intensa desde março de 2025 (1,8%).

Em contrapartida, os serviços profissionais, administrativos e complementares (-0,3%) registraram a terceira taxa negativa seguida, período em que acumulou uma perda de 0,7%. Também no campo negativo, os outros serviços (-0,4%) devolveram parte do ganho observado em janeiro (3,6%).

Segundo Luiz Carlos, os Transportes cresceram 0,6% na comparação com o mês anterior puxados de forma positiva principalmente pelo transporte rodoviário de cargas, atividades relacionadas a logística e armazenamento de cargas e o transporte metroferroviário de passageiros; e pelo lado negativo pelo transporte aéreo de passageiros.

“Ao analisarmos este mesmo tipo de comparação com uma ótica do tipo de uso vemos que na passagem de janeiro para fevereiro de 2026 o transporte de cargas mostrou um crescimento de 0,9%, enquanto o transporte de passageiros assinalou estabilidade (0,0%)”, explicou o analista da pesquisa do IBGE. (Agência Brasil)

IBGE aumenta estimativa e passa a prever recorde para safra de grãos em 2026

O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) passou a projetar recorde para a safra de grãos do Brasil em 2026. Conforme a nova estimativa do órgão, relativa a março e divulgada na terça-feira (14), a produção deve chegar a 348,4 milhões de toneladas neste ano.

Caso se confirme, a safra mostrará uma alta de 0,7% ante 2025 (346,1 milhões de toneladas). Até então, o ano passado registrou a maior produção da série histórica do instituto, que reúne dados desde 1975.

A projeção do órgão integra o LSPA (Levantamento Sistemático da Produção Agrícola). Os números são atualizados mês a mês.

Ao chegar a 348,4 milhões de toneladas, a nova estimativa cresceu 1,2% se comparada à previsão anterior do IBGE para 2026 (344,1 milhões de toneladas), relativa a fevereiro e publicada em março. O número anterior ainda indicava redução neste ano, cenário que se alterou a partir da incorporação dos novos números nesta terça.

“É claro que as nossas esti-

mativas ainda podem mudar, a gente tem bastante coisa para ser colhida até o final do ano [...]. Mas tudo indica que teremos novamente uma safra recorde”, disse o gerente de agricultura do IBGE, Carlos Alfredo Guedes.

“Este mês os principais produtos que cresceram [frente à estimativa anterior] foram o milho segunda safra, o sorgo, a soja e o milho primeira safra. E continuaram caindo as estimativas de produção de arroz, algodão, trigo e feijão”, acrescentou.

Principal grão das lavouras brasileiras, a soja deve alcançar novo recorde em 2026, totalizando 173,7 milhões de toneladas, segundo o instituto. O número sinaliza alta de 4,6% em relação ao ano anterior.

“As projeções indicam uma safra histórica, impulsionada por condições climáticas favoráveis na maior parte das unidades da federação produtoras e pela recuperação parcial da safra gáucha”, afirmou o gerente do LSPA, Carlos Barradas.

Já o café deve crescer 13,1% no ano, alcançando 3,9 milhões de toneladas, na soma das espé-

cies arábica e canéfora. Conforme o IBGE, essa estimativa é recorde na série histórica que considera o período a partir de 2002. À época, houve mudança na unidade de medida e passou-se a divulgar o café em grão.

Para o milho, o instituto projeta declínio de 2,4% frente ao recorde do ano anterior. O órgão também prevê reduções para itens como algodão (-11,9%), arroz (-10,4%), trigo (-5,7%) e feijão (-2%).

No caso do arroz, o instituto destacou que a redução é reflexo dos preços e da rentabilidade da cultura que se encontram em patamares baixos para o produtor, desestimulando o aumento da área e os investimentos nas lavouras.

A publicação das novas projeções ocorre em meio aos impactos da guerra no Irã sobre a inflação. O conflito no Oriente Médio pressionou as cotações do petróleo, elevando os preços de combustíveis no mundo.

A situação gera temor de repasses para produtos diversos no Brasil, incluindo os alimentos. A ameaça ocorre porque o

óleo diesel é usado no transporte de mercadorias ao longo da cadeia produtiva.

O quadro preocupa o governo de Lula (PT) ante as eleições de outubro. O custo dos alimentos é considerado um fator de importância na decisão de voto da população. Para tentar conter a carestia dos produtos de mercado anunciou um pacote de medidas após o início da guerra.

Com a atualização nos números, o IBGE se junta à Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), que também prevê recorde para a safra a ser finalizada em 2026. A Conab afirmou nesta terça que a produção de grãos pode chegar a 356,3 milhões de toneladas, 1,2% acima da temporada anterior.

“Esse resultado deve-se, principalmente, ao bom desempenho da cultura de soja, com aumento de 7,7 milhões de toneladas; do milho primeira safra, com aumento de 3 milhões de toneladas; e do sorgo, com incremento de 1,4 milhão de toneladas em relação ao volume colhido na safra anterior”, disse a instituição. (Folhapress)

Governo amplia Gás do Povo, com impacto de R\$ 300 milhões, para mitigar efeitos da guerra do Irã

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vai ampliar o preço de referência do programa Gás do Povo, com impacto estimado em R\$ 300 milhões, para mitigar os efeitos da guerra dos Estados Unidos e Israel contra o Irã sobre o preço do GLP.

O anúncio foi feito na terça-feira (14) pelos ministros de Minas e Energia, Alexandre Silveira, Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti, ministro substituído da Fazenda, Rogério Ceron, e pelo Secretário Nacional do Consumidor, Ricardo Morishita Wada.

O Executivo também irá abrir um novo prazo para adesão ao programa.

Além disso, o governo irá publicar a regulamentação das subvenções ao diesel, obrigando que as distribuidoras que participem do programa tenham que dar transparência a sua margem de lucro bruta, para garantir que o desconto no combustível seja repassado ao consumidor.

Essa é mais uma de uma série de medidas que o governo federal anunciou neste ano, cujo custo pode ultrapassar os R\$ 30 bilhões, para tentar conter os efeitos da guerra de Estados Unidos e Israel contra o Irã.

Após os dois primeiros países bombardarem Teerã pela primeira vez, em março, o regime iraniano respondeu fechando o estreito de Hormuz, por onde passa 80% de todo o petróleo mundial.

O resultado foi que o preço do barril disparou, ultrapassando os US\$ 100 no caso do Brent, a referência para o comércio internacional, e afetando os combustíveis no mundo inteiro no caso brasileiro, sobretudo o diesel, já que a gasolina é praticamente garantida pela produção nacional.

Em março, o governo de Lula anunciou a desoneração do PIS/Cofins e uma subvenção de R\$ 0,32 por litro para o diesel nacional e importado.

Então, o custo estimado da medida ultrapassava os R\$ 20 bilhões.

Depois, ampliou a subvenção para R\$ 1,52 por litro no caso importado e R\$ 1,12 no nacional, em um custo que será partilhado também com os governos estaduais, e adicionou um custeio de R\$ 850 sobre a tonelada do gás de cozinha importado - cerca de R\$ 11 por botijão de 13 kg.

Também desonerou o PIS/Cofins do querosene de aviação e do biodiesel, concluindo um pacote de custo estimado superior aos R\$ 30 bilhões.

A expectativa é que este valor seja pago por um aumento na arrecadação com a exportação de petróleo, já que o preço do barril no mercado internacional está altíssimo e empresas do Oriente Médio estão com dificuldade de circular seu produto pelo mundo, graças ao fechamento de Hormuz, o que cria uma oportunidade para o mercado brasileiro.

No início de abril, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, também anunciou que o governo pretende aumentar a mistura de etanol na gasolina das atuais 30% para 32%.

A medida, porém, ainda precisa ser aprovada pelo CNPE (Conselho Nacional de Política Energética).

O Brasil importa hoje cerca de 15% da gasolina que consome. A ANP (Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustível) calcula que o preço internacional do produto subiu 65% desde o início da guerra.

Segundo a agência, o preço internacional do produto subiu 65%, o que na prática fez o preço médio nos postos aumentar 8% na comparação com antes dos primeiros ataques de Estados Unidos e Israel ao Irã.

Também desde o início da guerra, a Petrobras já precisou aumentar o preço dos combustíveis que comercializa nas bombas do Brasil e também do querosene de aviação. (Folhapress)

Diretor brasileiro de Itaipu garante tarifa reduzida em 2027

As negociações em torno do Anexo C do Tratado de Itaipu, entre Brasil e Paraguai, caminham para definir uma redução no valor da tarifa de energia gerada pela usina hidrelétrica binacional, uma das maiores do planeta, a partir de 2027.

A informação é do diretor-geral brasileiro de Itaipu, Enio Verri, que concedeu entrevista a jornalistas na sede da empresa, em Foz do Iguaçu (PR), na segunda-feira (13).

“A ideia é que, no máximo em dezembro desse ano, a gente possa anunciar a tarifa para o ano que vem ou para os próximos anos, depende da negociação e como se monta isso. Mas uma coisa é certa, a partir do ano que vem, seremos a menor tarifa do país”, garantiu Verri.

O diretor-geral brasileiro lembrou que, em 2024, foi assinada ata entre os dois países prevendo que o valor da tarifa da energia da hidrelétrica consideraria apenas os custos operacionais da usina, ficando entre US\$ 10 e US\$ 12 por quilowatt/mês (kW/mês).

O Custo Unitário dos Serviços de Eletricidade (Cuse) de Itaipu entre os anos de 2024 e 2026 foi definido previamente em US\$ 19,28 kW/mês, aprovado pelo Conselho de Administração da usina. Porém, a tarifa comercializada pelo lado brasileiro é de US\$ 17,66 kW/mês, viabilizada por um aporte extra de Itaipu, no valor de US\$ 285 milhões, de forma a assegurar a modalidade tarifária.

Essa estrutura tarifária está em vigor nos últimos anos por

um acordo temporário e vale até o fim de dezembro, quando os dois sócios definirão a nova modelagem tarifária. No caso brasileiro, a tarifa de repasse é o valor a ser pago pelas distribuidoras cotistas para aquisição da energia da hidrelétrica, que é comercializada pela Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional (ENBPAr).

O Tratado de Itaipu foi firmado entre dois países em 1973 e previa que, após 50 anos, haveria uma revisão do Anexo C, que regula as bases financeiras da usina e as regras para precificação e prestação dos serviços de eletricidade. A geração de energia a partir de Itaipu é igualmente dividida entre Brasil e Paraguai, mas o país vizinho não consome toda a sua cota de 50% e, por isso, tem interesse em aumentar o valor da tarifa. Já do lado brasileiro, o interesse vai no sentido oposto e o objetivo é oferecer energia mais barata aos consumidores. A Itaipu representa cerca de 8% da energia consumida pelo Brasil.

Para nós, política pública é energia barata, porque quanto mais barata for essa energia, mais inclusão social. Energia barata é para dona de casa, para o trabalhador, para o estudante. E para indústria também. Agora, o Paraguai espera esse preço alto para financiar o seu desenvolvimento. Que, sob a ótica do país, não há muito a se discutir também. Coloque-se no lugar de um país que quer se desenvolver”, disse Verri.

Ao comentar as posições na mesa de negociação, ele afirmou

que o Paraguai tem números positivos, está avançando e espera ter a receita de Itaipu para investir na estrutura, na construção. Uma das possibilidades em negociação é que a cota paraguaia da energia gerada pela usina possa ser vendida no mercado livre de energia do Brasil, diretamente para distribuidoras e empresas.

Pelo tratado bilateral, as decisões da diretoria de Itaipu, composta por seis diretores brasileiros e seis paraguaios, devem ser dar sempre por consenso. “Tem que ter muita negociação e, claro, é preciso muito cuidado no trato”, acrescentou. Os termos da revisão do Anexo C estão sendo negociados diretamente pelas altas partes do lado, que envolvem chanceleres e ministros de Minas e Energia dos dois lados. Além disso, a revisão do tratado, quando for concluída, ainda precisará ser aprovada pelos parlamentos dos dois países.

Com 20 unidades geradoras, de 700 megawatts (mW) cada, e 14 mil megawatts (MW) de potência instalada, Itaipu é a terceira maior usina hidrelétrica do planeta em capacidade, mas costuma estar no topo entre as que mais produzem energia anualmente. Responde por 8% da demanda do mercado brasileiro e 78% do mercado paraguaio.

Atualização tecnológica

Atualmente, a hidrelétrica passa por um processo de atualização tecnológica. Os detalhes foram apresentados durante visita às instalações da usina, a

convite da Itaipu Binacional. O plano começou a ser executado em maio de 2022 e prevê 14 anos de implementação, com conclusão em 2035 e cerca de US\$ 900 milhões em investimentos totais previstos. Equipamentos eletromecânicos pesados, como turbinas, bem como a própria barragem, com quase 200 anos de vida útil, não são incluídos no projeto, pois, segundo a empresa, estão em excelentes condições e passam por rigorosas manutenções programadas.

As mudanças ocorrerão principalmente em equipamentos eletrônicos, alguns ainda analógicos da década de 1980, e nos sistemas computacionais. Também estão previstas a modernização do centro de controle, de cada uma das 20 unidades de geração de energia, a reforma de uma subestação de energia elétrica e a construção de almoxarifados para armazenar equipamentos.

A Itaipu Binacional ainda estuda a possibilidade de aumentar a geração de energia, com a eventual instalação de mais duas turbinas, o que demanda complexos estudos de impacto socioambiental e econômico, ou até o aumento da produtividade das atuais unidades geradoras.

“Quando elas foram feitas, 20 anos atrás, a ciência estava em um grau. Hoje, a ciência é outra. Então, você pode aumentar a produção ou a produtividade. Estamos preparando uma licitação para contratar um estudo internacional sobre isso”, disse Enio Verri. (Agência Brasil)

SOMOS SISTEMAS DE ENSINO S.A. E CONTROLADAS

CNPJ nº 49.323.314/0001-14

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e 31/12/2024. Colocamos em sua disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

ATIVO	BALANÇOS PATRIMONIAIS - Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de reais				DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025		31/12/2024	
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	7	2.003	82.409	2.441	82.873			
Títulos e valores mobiliários	8	184.794	97.221	204.575	111.313			
Contas a receber	9	896.180	858.180	901.305	853.244			
Estoque	10	233.359	276.778	276.778	276.778			
Adiantamentos	15	75.358	80.379	76.160	80.903			
Tributação a recuperar		15.532	12.899	18.214	21.409			
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		8.369	12.364	10.067	13.631			
Dúvidas creditadas		1.321	1.492					
Partes relacionadas	22	449.985	11.438	498	10.242			
Total do ativo circulante		1.419.957	1.438.484	1.449.542	1.461.790			
Não circulante								
Realizável a longo prazo								
Depósitos judiciais	20,3	122.275	154.452	122.275	154.452			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21,1	168.520	208.845	168.567	208.849			
Partes relacionadas	22	131.397	111.101	131.397	111.101			
Investimentos	11	158.295	170.814	158.295	170.814			
Outros investimentos		2.978	1.608	2.978	1.608			
Imobilizado	12	143.194	154.316	150.095	160.952			
Intangível	13	4.023.985	5.013.092	5.013.092	5.013.092			
Total do ativo não circulante		5.835.490	5.887.226	5.882.735	5.849.931			
Total		7.255.447	7.295.710	7.332.277	7.311.721			

As notas explicativas da administração fazem parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

PASSIVO	BALANÇOS PATRIMONIAIS - Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de reais				DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025		31/12/2024	
Circulante								
Arrendados por direito de uso	14	19.895	264.184	19.895	264.494			
Fornecedores	15	195.827	238.349	196.108	239.092			
Fornecedores - risco aquecido	15	309.644	302.808	309.644	302.808			
Imposto de renda e contribuição social a pagar	17	245.956	217.560	245.956	217.560			
Adiantamentos de clientes e receita diferida	17	47.336	39.200	48.166	40.565			
Obrigações tributárias	18	9.627	98.211	96.634	101.958			
Obrigações trabalhistas	19	92.607	98.211	96.634	101.958			
Imposto de renda e contribuição social a pagar		821	20.401	788	19.944			
Partes relacionadas	22	13.574	32.041	12.850	31.556			
Total do passivo circulante		949.774	1.236.629	959.763	1.244.764			
Não circulante								
Debitários	14	748.033	497.521	748.033	497.521			
Arrendados por direito de uso	14	62.296	63.951	62.296	63.951			
Contas a pagar - aquisições	17	5.888	221.363	5.888	221.363			
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e trabalhistas	20,1	103.902	155.832	103.902	155.832			
Demaiss contas a pagar		1.011	2.426	1.011	2.426			
Total do passivo		941.392	961.093	947.152	967.673			
Patrimônio líquido								
Capital social	23,1	5.441.121	5.441.121	5.441.121	5.441.121			
Reservas de capital	23,2	12.385	105.824	112.905	105.824			
Prejuízos acumulados		(389.235)	(448.957)	(389.235)	(448.957)			
Total do patrimônio líquido		5.164.281	5.097.988	5.164.281	5.097.988			
Total do passivo e patrimônio líquido		7.255.447	7.295.710	7.332.277	7.311.721			

As notas explicativas da administração fazem parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

EXERCÍCIOS FINANCIAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS	DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de reais			
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldos em 31 de dezembro de 2023				
Resultado abrangente do exercício				
Lucro (prejuízo) do exercício	499.816	499.816	(133)	499.683
Total do resultado abrangente do exercício	499.816	499.816	(133)	499.683
Contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas				
Opções autorizadas reconhecidas (nota 23.3)	8.701	8.701	(4)	8.697
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	8.701	8.701	(4)	8.697
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.441.121	105.824	(448.957)	5.099.984
Resultado abrangente do exercício				
Lucro do exercício	59.722	59.722	14	59.736
Total do resultado abrangente do exercício	59.722	59.722	14	59.736
Contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas				
Opções autorizadas reconhecidas (nota 23.3)	6.571	6.571	(229)	6.571
Transações com sócios não controladores	6.571	6.571	(229)	6.571
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	13.142	13.142	(458)	13.142
Saldos em 31 de dezembro de 2025	5.441.121	112.395	(389.235)	5.165.362

As notas explicativas da administração fazem parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

EXERCÍCIOS FINANCIAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS	DEMONSTRAÇÃO DOS FLOUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO				
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	
Floxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	102.644	314.105	105.700	320.420	
Ajustes para conciliação ao resultado:					
Depreciação e amortização	12	277.997	286.385	285.195	294.084
Provisão para perdas esperadas	9	54.451	51.304	55.703	53.003
Provisão para despesas tributárias, civis e trabalhistas	25	200	(116.221)	(301)	(116.221)
Equivalência patrimonial	11	19.277	15.696	15.696	12.300
Rendimentos sobre aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	26	(30.780)	(22.232)	(33.347)	(24.547)
Atualização monetária em empréstimos e partes relacionadas	26	(18.296)	(12.445)	(18.296)	(12.445)
Encargos financeiros de empréstimos e partes relacionadas	16	11.921	10.997	12.500	11.584
Encargos financeiros das provisões tributárias e trabalhistas	20	3.410	(168.743)	3.410	(168.743)
Encargos financeiros de empréstimos e partes relacionadas	14	117.832	96.730	117.832	96.730
Juros pagos por empréstimos e fornecedores	26	50.266	44.129	50.301	44.401
Encargos financeiros de aquisições	17	55.219	59.334	55.219	59.334
Encargos financeiros de direito					
Mercadorias devolvidas	16	(1.712)	6.566	(1.712)	6.566
Cancelamentos de contratos de direito de uso	(2)	(1.953)	(23)	(1.953)	(23)
Resultado na venda de caixa e equivalentes e outros investimentos	(290)	6.235	-	7.815	-
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos não circulantes	25	830	8.271	-	8.271
Reavaliação de demais investimentos		630	-	630	-
Outorga de ações restritas		6.571	206.776	6.571	6.701
648.418	586.795	655.118	599.623		

As notas explicativas da administração fazem parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional: A Somos Sistemas de Ensino S.A., aqui denominada "Companhia", "Controladora" ou "Somos Sistemas", com sede na Rodovia Presidente Dutra, km 136, na cidade de São José dos Campos/SP e suas controladas, incluindo o Grupo de Empresas "Somos Sistemas", são instituições de ensino educacionais completas que atendem a todas as necessidades de escolas particulares que operam no segmento de ensino fundamental e médio. Nesse sentido, o Grupo constitui uma unidade econômica e financeira independente, com personalidade jurídica própria, e suas atividades são exercidas em nome próprio, sob o nome de "Somos Sistemas", e suas atividades são exercidas em nome próprio, sob o nome de "Somos Sistemas".

2. Base de preparação: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo Conselho Intermunicipal de Pronunciamentos Contábeis (CPC Intermunicipal), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidências locais em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as práticas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as práticas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as práticas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as práticas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

3. Metodologia de avaliação: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as práticas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as práticas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as práticas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

4. Avaliação de ativos e passivos operacionais: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as práticas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as práticas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as práticas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

5. Avaliação de ativos e passivos não operacionais: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as práticas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as práticas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as práticas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

6. Avaliação de ativos e passivos financeiros: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as práticas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as práticas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as práticas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

7. Avaliação de ativos e passivos não financeiros: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as práticas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as práticas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as práticas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

8. Avaliação de ativos e passivos não operacionais: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as práticas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as práticas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as práticas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

9. Avaliação de ativos e passivos não operacionais: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as práticas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as práticas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as práticas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

10. Avaliação de ativos e passivos não operacionais: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as práticas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as práticas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as práticas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

← CONTINUAÇÃO

SOMOS SISTEMAS DE ENSINO S.A. E CONTROLADAS - CNPJ nº 49.233.314/0001-14

(c) Movimentação dos investimentos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo Inicial	170.972	196.841	52.184	64.484
Aumento de capital	8.805	5.965	-	-
Ativos patrimoniais	57	(19.277)	(15.620)	(12.300)
Dividendos	(238)	-	-	-
Incorporação	-	(15.045)	-	-
Outros	-	-	-	-
Saldo final	158.262	170.972	36.564	52.184

	31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024	
	Valor	Valor	Valor	Valor
12. Imobilizado:				
31 de dezembro de 2025				
31 de dezembro de 2024				
Valor				
Depreciação acumulada				
Valor				
Depreciação acumulada				

	31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024					
	Valor	Valor	Valor	Valor				
Equipamentos de informática	10%	33%	90,854	(89,208)	1,646	89,944	(84,293)	5,651
Móveis e utensílios	10%	33%	71,399	(47,199)	24,210	70,157	(40,651)	29,506
Edificações e benfeitorias	5%	20%	77,800	(46,627)	31,173	29,744	(14,400)	15,344
Em andamento	52	52	637	637	837	837	-	-
Direito de uso	7%	20%	262,921	(167,025)	92,876	239,408	(140,237)	95,171
Terrenos	63	63	23,325	23,325	-	-	-	-
Total	503.164	(383,099)	150,095	470,593	(309,641)	160,952	(160,952)	-

	31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024					
	Valor	Valor	Valor	Valor				
Equipamentos de informática	10%	33%	90,854	(89,208)	1,646	89,944	(84,293)	5,651
Móveis e utensílios	10%	33%	71,399	(47,199)	24,210	70,157	(40,651)	29,506
Edificações e benfeitorias	5%	20%	77,800	(46,627)	31,173	29,744	(14,400)	15,344
Em andamento	52	52	637	637	837	837	-	-
Direito de uso	7%	20%	262,921	(167,025)	92,876	239,408	(140,237)	95,171
Terrenos	63	63	23,325	23,325	-	-	-	-
Total	503.164	(383,099)	150,095	470,593	(309,641)	160,952	(160,952)	-

	31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024				
	Valor	Valor	Valor	Valor			
Saldo em 31 de dezembro 2024	21.612	22.247	10.817	16.765	80.098	43	151.492
Adição	7.396	15.259	65,10	3,178	47,381	-	79.734
Baseias/cancelamento de contratos	(944)	(321)	(2,875)	(21,148)	-	-	(15,222)
Depreciação	(22.480)	(7.681)	(3,743)	(3,100)	-	-	(55,052)
Transferência	67	2	13,325	(19,104)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro 2025	5.651	29.506	29.744	837	95.171	43	160.952

	31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024				
	Valor	Valor	Valor	Valor			
Saldo em 31 de dezembro 2024	1.646	24.210	31.268	52	92.876	43	150.995
Adição	1.915	(6.538)	(6,111)	-	(317)	-	(43,917)
Baseias/cancelamento de contratos	(410)	(1,514)	(1,514)	-	-	-	-
Transferência	915	(6,538)	(6,111)	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro 2025	1.646	24.210	31.268	52	92.876	43	150.995

	31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024						
	Valor	Valor	Valor	Valor					
Saldo em 31 de dezembro 2024	114.703	77.622	493.129	194.065	45.101	5.607	5.845	373.863	5.307.563
Adição	18.174	11.400	22.910	35.575	35.575	-	-	-	65.308
Baseias/cancelamento de contratos	(90)	-	(3,573)	(6,9)	-	-	-	-	(3,674)
Transferência	(36,368)	(114,703)	(27,309)	(24,782)	(46,160)	-	-	-	(238,032)
Saldo em 31 de dezembro 2025	126,390	618,489	465,820	169,303	49,316	6,198	11,400	373.863	5.160.785

	31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024						
	Valor	Valor	Valor	Valor					
Saldo em 31 de dezembro 2024	114.703	77.622	493.129	194.065	45.101	5.607	5.845	373.863	5.307.563
Adição	18.174	11.400	22.910	35.575	35.575	-	-	-	65.308
Baseias/cancelamento de contratos	(90)	-	(3,573)	(6,9)	-	-	-	-	(3,674)
Transferência	(36,368)	(114,703)	(27,309)	(24,782)	(46,160)	-	-	-	(238,032)
Saldo em 31 de dezembro 2025	126,390	618,489	465,820	169,303	49,316	6,198	11,400	373.863	5.160.785

	31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024						
	Valor	Valor	Valor	Valor					
Saldo em 31 de dezembro 2024	114.703	77.622	493.129	194.065	45.101	5.607	5.845	373.863	5.307.563
Adição	18.174	11.400	22.910	35.575	35.575	-	-	-	65.308
Baseias/cancelamento de contratos	(90)	-	(3,573)	(6,9)	-	-	-	-	(3,674)
Transferência	(36,368)	(114,703)	(27,309)	(24,782)	(46,160)	-	-	-	(238,032)
Saldo em 31 de dezembro 2025	126,390	618,489	465,820	169,303	49,316	6,198	11,400	373.863	5.160.785

	31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024						
	Valor	Valor	Valor	Valor					
Saldo em 31 de dezembro 2024	114.703	77.622	493.129	194.065	45.101	5.607	5.845	373.863	5.307.563
Adição	18.174	11.400	22.910	35.575	35.575	-	-	-	65.308
Baseias/cancelamento de contratos	(90)	-	(3,573)	(6,9)	-	-	-	-	(3,674)
Transferência	(36,368)	(114,703)	(27,309)	(24,782)	(46,160)	-	-	-	(238,032)
Saldo em 31 de dezembro 2025	126,390	618,489	465,820	169,303	49,316	6,198	11,400	373.863	5.160.785

	31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024						
	Valor	Valor	Valor	Valor					
Saldo em 31 de dezembro 2024	114.703	77.622	493.129	194.065	45.101	5.607	5.845	373.863	5.307.563
Adição	18.174	11.400	22.910	35.575	35.575	-	-	-	65.308
Baseias/cancelamento de contratos	(90)	-	(3,573)	(6,9)	-	-	-	-	(3,674)
Transferência	(36,368)	(114,703)	(27,309)	(24,782)	(46,160)	-	-	-	(238,032)
Saldo em 31 de dezembro 2025	126,390	618,489	465,820	169,303	49,316	6,198	11,400	373.863	5.160.785

	31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024						
	Valor	Valor	Valor	Valor					
Saldo em 31 de dezembro 2024	114.703	77.622	493.129	194.065	45.101	5.607	5.845	373.863	5.307.563
Adição	18.174	11.400	22.910	35.575	35.575	-	-	-	65.308
Baseias/cancelamento de contratos	(90)	-	(3,573)	(6,9)	-	-	-	-	(3,674)
Transferência	(36,368)	(114,703)	(27,309)	(24,782)	(46,160)	-	-	-	(238,032)
Saldo em 31 de dezembro 2025	126,390	618,489	465,820	169,303	49,316	6,198	11,400	373.863	5.160.785

	31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024						
	Valor	Valor	Valor	Valor					
Saldo em 31 de dezembro 2024	114.703	77.622	493.129	194.065	45.101	5.607	5.845	373.863	5.307.563
Adição	18.174	11.400	22.910	35.575	35.575	-	-	-	65.308
Baseias/cancelamento de contratos	(90)	-	(3,573)	(6,9)	-	-	-	-	(3,674)
Transferência	(36,368)	(114,703)	(27,309)	(24,782)	(46,160)	-	-	-	(238,032)
Saldo em 31 de dezembro 2025	126,390	618,489	465,820	169,303	49,316	6,198	11,400	373.863	5.160.785

	31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024						
	Valor	Valor	Valor	Valor					
Saldo em 31 de dezembro 2024	114.703	77.622	493.129	194.065	45.101	5.607	5.845	373.863	5.307.563
Adição	18.174	11.400	22.910	35.575	35.575	-	-	-	65.308
Baseias/cancelamento de contratos	(90)	-	(3,573)	(6,9)	-	-	-	-	(3,674)
Transferência	(36,368)	(114,703)	(27,309)	(24,782)	(46,160)	-	-	-	(238,032)
Saldo em 31 de dezembro 2025	126,390	618,489	465,820	169,303	49,316	6,198	11,400	373.863	5.160.785

	31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024						
	Valor	Valor	Valor	Valor					
Saldo em 31 de dezembro 2024	114.703	77.622	493.129	194.065	45.101	5.607	5.845	373.863	5.307.563
Adição	18.174	11.400	22.910	35.575	35.575	-	-	-	65.308
Baseias/cancelamento de contratos	(90)	-	(3,573)	(6,9)	-	-	-	-	(3,674)
Transferência	(36,368)	(114,703)	(27,309)	(24,782)	(46,160)	-	-	-	(238,032)
Saldo em 31 de dezembro 2025	126,390	618,489	465,820	169,303	49,316	6,198	11,400	373.863	5.160.785

	31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024						
	Valor	Valor	Valor	Valor					
Saldo em 31 de dezembro 2024	114.703	77.622	493.129	194.065	45.101	5.607	5.845	373.863	5.307.563
Adição	18.174	11.400	22.910	35.575	35.575	-	-	-	65.308
Baseias/cancelamento de contratos	(90)	-	(3,573)	(6,9)	-	-	-	-	(3,674)
Transferência	(36,368)	(114,703)	(27,309)	(24,782)	(46,160)	-	-	-	(238,032)
Saldo em 31 de dezembro 2025	126,390	618,489	465,820	169,303	49,316	6,198	11,400	373.863	5.160.785

	31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024						
	Valor	Valor	Valor	Valor					
Saldo em 31 de dezembro 2024	114.703	77.622	493.129	194.065	45.101	5.607	5.845	373.863	5.307.563
Adição	18.174	11.400	22.910	35.575	35.575	-	-	-	65.308
Baseias/cancelamento de contratos	(90)	-	(3,573)	(6,9)	-	-	-	-	(3,674)
Transferência	(36,368)	(114,703)	(27,309)	(24,782)	(46,160)	-	-	-	(238,032)
Saldo em 31 de dezembro 2025	126,390	618,489	465,820	169,303	49,316	6,198	11,400	373.863	5.160.785

	31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024						
	Valor	Valor	Valor	Valor					
Saldo em 31 de dezembro 2024	114.703	77.622	493.129	194.065	45.101	5.607	5.845	373.863	5.307.563
Adição	18.174	11.400	22.910	35.575	35.575	-	-	-	65.308
Baseias/cancelamento de contratos	(90)	-	(3,573)	(6,9)	-	-	-	-	(3,674)
Transferência	(36,368)	(114,703)	(27,309)	(24,782)	(46,160)	-	-	-	(238,032)
Saldo em 31 de dezembro 2025	126,390	618,489	465,820	169,303	49,316	6,198	11,400	373.863	5.160.785

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos:

<

*continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS para os exercícios finais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
25. Custos e despesas por natureza:				
Matérias-primas e custos de produção	(408.345)	(381.912)	(408.232)	(375.177)
Salários e encargos	(353.789)	(305.323)	(339.728)	(323.000)
Depreciação e amortização	(277.867)	(296.383)	(279.584)	(283.927)
Direitos autorais	(103.645)	(101.596)	(103.645)	(101.596)
Publicidade e propaganda	(153.660)	(95.383)	(153.309)	(95.428)
Provisão para perdas esperadas	(54.451)	(51.304)	(55.703)	(53.003)
Custos editoriais	(53.794)	(40.411)	(53.794)	(40.411)
Serviços terceirizados	(40.619)	(52.309)	(42.629)	(54.373)
Viagens	(33.944)	(32.874)	(34.375)	(32.907)
Serviços de consultoria e assessoria	(26.194)	(24.801)	(26.462)	(25.989)
Aluguel e taxas de condomínio	(2.228)	(8.867)	(2.140)	(15.725)
Provisão para estoques obsoletos (nota 10)	(9.277)	(43.206)	(9.277)	(41.452)
Utilidades, impostos e seguros	(13.729)	(15.329)	(14.131)	(13.559)
Perda por redução do valor recuperável dos ativos (impairment)		(8.271)		(8.271)
Outras despesas operacionais	(629)	(3.589)	(629)	(3.550)
Impostos e contribuições	(2.521)	(5.628)	(2.581)	(5.589)
Material	(4.138)	(9.875)	(4.242)	(9.768)
Despesas gerais e administrativas - outras despesas	(3.997)	(1.220)	(3.290)	(1.683)
Resultado de contratos de arrendamento/subarrendamento com partes relacionadas	7.158	10.140	7.998	10.140
Reversão para perdas financeiras, civis e trabalhistas (i)	(200)	116.221	301	116.722
Outras receitas operacionais	1.735	1.428	1.735	1.428
	(1.499.639)	(1.309.070)	(1.530.278)	(1.359.989)

Guilherme Melega
Diretor Presidente

ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA
Cesar Augusto Silva
Diretor Financeiro

Diogo Lisboa de Melo
Controlador - CRC SP-357338/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

geradora de caixa, se as alterações poderiam resultar em valores substancialmente diferentes dos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, bem como as suas divulgações relacionadas, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto: Nossa abordagem de auditoria incluiu mais não se limitaram à análise, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, das premissas significativas utilizadas pela Companhia para a projeção dos fluxos de caixa futuros, e comparação das premissas de taxa de crescimento na perpetuidade e taxa de desconto com informações de mercado disponíveis, e a comparação das premissas de margem LAJIDA e crescimento médio da receita líquida com o desempenho histórico e previsões anteriores - realcilo, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, do valor presente dos fluxos de caixa projetados pela Companhia para a unidade geradora de caixa - comparação do valor contábil líquido com o valor em uso da unidade geradora de caixa; e avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas capturaram todas as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o valor recuperável da unidade geradora de caixa com o qual contém giro por expectativa de rentabilidade futura, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não houver nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Nosso objetivo não é assegurar razoávelmente que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria sobre essas demonstrações financeiras. É um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possuem influência, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso - identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se

causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o uso de burlas aos controles internos, contabilidade, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional, e com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação no parágrafo 27. Transações sem efeito em caixa: As principais transações sem efeito caixa para os exercícios finais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão apresentadas a seguir: (i) Adições de ativos de direito de uso e passivos de arrendamento no valor de R\$ 24.377 e R\$ 47.391 (nota explicativa 12), (ii) Baixas de contratos de ativos de direito de uso e passivos de arrendamento mercantil no montante de R\$ 340 e R\$ 13.033 (nota explicativa 16).

Flavio Gozzoli Gonçalves
Controlador - CRC SP-13P-290557/O-2

Novas regras para serviços e aposentados

As novas regras para operações de empréstimo consignado com desconto na folha de pagamento de servidores públicos federais entrou em vigor na terça-feira (14).

A Portaria MGI nº 984/2026 foi publicada em fevereiro pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).

De acordo com a pasta, a revisão tem o objetivo de tornar o processo mais seguro, transparente e eficiente para prevenir fraudes, golpes ou práticas abusivas contra servidores, aposentados e pensionistas do governo federal.

Adicionalmente, a limitação de 30 dias para acesso aos dados dos usuários pretende evitar o assédio comercial por tempo indefinido e o vazamento de informações financeiras.

Os interessados com vínculo com o Poder Executivo Federal poderão consultar as taxas máximas de juros e demais custos e encargos praticados pelas instituições financeiras para cada modalidade de operação de consignado.

Isso permite que servidores, aposentados e pensionistas comparem, de forma justa, qual banco oferece a melhor proposta.

As informações deverão ser disponibilizadas diretamente no Portal do Servidor ou no aplicativo SouGov.br. Para acessar, é preciso entrar com o login e senha cadastrados na plataforma Gov.br.

Entre as principais atualizações, a nova legislação sobre os consignados com desconto em folha de pagamento do Executivo Federal determina:

- fim das autorizações genéricas. Agora, cada operação (no novo empréstimo, um saque no cartão ou uma compra específica) exigirá uma nova confirmação direta e individualizada do servidor ou aposentado no aplicativo SouGov.br;
- controle de cartões de crédito consignado. Cada uso de saque ou transação relevante precisará de uma validação expressa;
- portabilidade de consignação: esta operação não exige a transferência de valores da conta do servidor para terceiros, por exemplo, via Pix. A portabilidade ocorre diretamente entre as instituições que oferecem os empréstimos, sem a intermediação com terceiros.
- A nova legislação proíbe a formalização de contratos de empréstimo por telefone ou aplicativo de mensagens instantâneas.
- Também está bloqueada a emissão de cartão extras (por exemplo, para dependentes) e de derivados ou subprodutos ligados à margem consignada. O objetivo é facilitar o controle financeiro da família e evitar o superendividamento do titular.
- As novas regras de empréstimo consignado ao servidor também proibiram a cobrança de taxas de serviço do cartão consignado (abertura do contrato, manutenção de conta ou anuidade).
- Outro impedimento é a cobrança de juros pelo banco consignatário sobre o valor das compras pagas com cartão de crédito, em caso de pagamento integral da fatura pelo usuário, em uma única parcela (sem entrar no rotativo ou parcelar o saldo), na data de vencimento.
- Portanto, o cartão deve funcionar como um cartão de crédito convencional. O banco somente poderá cobrar juros se o servidor optar pelo pagamento mínimo da fatura ou pelo financiamento do saldo devedor.
- **Descontos sindicais**
Um capítulo inteiro da portaria foi dedicado aos descontos de valores por sindicatos. O desconto da contribuição sindical somente poderá ser efetuado mediante autorização prévia e expressa do empregado.
- Entre as obrigações, está a notificação do servidor sobre valores registrados em folha. Com isso, será possível confirmar ou contestar cobranças, caso necessário. O servidor também poderá confirmar sua filiação ao sindicato responsável pelo desconto.
- E vedado manter o desconto após o pedido de desfiliação do servidor ou após o fim do prazo da autorização de desconto do empregado.
- A portaria ainda define que os sindicatos devem manter a documentação comprobatória das autorizações - física ou digital - sempre que solicitada pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).
- Em caso de descontos indevidos, o sindicato deve ressarcir o desconto.
- Se confirmado o cometimento de irregularidades, como a prestação de declaração falsa, estão previstas as seguintes penalidades:
 - desativação temporária do sindicato, o que impede a realização de novos descontos de valores na folha de pagamento do poder Executivo Federal, até que seja regularizada a situação;
 - descadastramento: expulsão total da entidade do sistema de consignações, caso não regularizar as falhas em até 180 dias.

Reserva de cotas para mulheres nos conselhos de administração

Em instigante artigo, publicado no Diário do Comércio, 07/03/26, uma conhecida liderança feminina, Christiane Aché, debate os recentes avanços da presença feminina em Conselhos de Administração.

Março é mês sempre propício às reflexões sobre espaços ocupados por mulheres, o que nos leva a referenciar o artigo intitulado "O que falta para as mulheres ocuparem os conselhos", com o objetivo de somar ao debate e apresentar uma perspectiva de natureza jurídica sobre a participação da mulher em conselhos de administração nas empresas públicas.

A Lei Federal nº 15.177/2025, de 23 de julho de 2025, estabeleceu há quase um ano a obrigatoriedade de reserva mínima de participação de mulheres nos conselhos de administração de empresas públicas e das sociedades de economia mista.

Debates cruciais como estes, que são para o ato todo, acabam surgindo mais comumente em momentos reflexivos, e ganham maior visibilidade no "mês da mulher". Este mesmo tempo acaba se tornando muito oportuno "para que as mulheres saiam da narrativa de conquistas e partam para a narrativa de escolhas".

Estudos recentes da McKinsey (*Women in the Workplace*), apontam que haveria um aparente "menor interesse" das mulheres por melhores posições. Que na verdade, isto se dá em razão de um maior critério feminino no momento da escolha. A mulher se qualifica, mas desencana na hora de dar o passo, por falta de apoio e dos meios necessários.

De volta ao tema central deste artigo, malgrado o impacto da reduzida participação feminina nos conselhos seja mais profundo no setor privado, a Lei nº 15.177/2025 garante a cotas somente nas estatais, sendo facultada a adesão nas companhias abertas (art. 2º, II).

Para muito além da reserva mínima no ato de ingresso, é necessário refletir sobre o grande desafio que é a mulher conseguir se manter na posição de liderança e ter sucesso.

A Lei é importante. Mas, não se trata de somente um processo de construção legal, de simples arquitetura normativa. A realidade sinaliza que somente a edição de lei garantidora da reserva não bastou. Necessário que o assunto seja levado a debate. Este resultado não acontecerá por sorte, mas passa pela definição de política pública, da adoção de medidas estruturantes para formar mulheres líderes, de potencializar habilidades e capacitar mulheres em diversificado conjunto de habilidades para garantir maior eficiência da participação feminina.

Um bom exemplo do Governo de Minas foi a criação, dentro do Programa Transforma Minas, da Trilha de Desenvolvimento "Mulheres que Transformam" voltada para lideranças femininas do Governo de Minas. Um bom e



Marinely Bomfim, Advogada, Secretária-Geral da Junta Comercial de MG

próximo passo seria garantir o as cotas nos percentuais legais, na indicação de mais mulheres para comporem conselhos de administração das estatais mineiras.

No seu discurso inaugural, o Governador recém-empossado, Mateus Simões revelou sensibilidade pinelando sobre a temática ao traçar as diretrizes do seu governo: "Este estado está em débito com as mulheres. E um estado em que é ainda mais difícil vencer sendo mulher".

Não poderia ter sido mais acertado. Como bem defendido por Cris Aché, tanto maior a pluralidade de perspectivas, mais elevação o nível de decisões estratégicas: "A diversidade nos conselhos não deve ser vista apenas como uma exigência de representatividade, mas como um fator comprovado de geração de valor".

Ana Sanchez, CEO AngloAmericano no Brasil, ao falar sobre sua trajetória, afirmou ser marcada pela busca constante de aprendizado, muita vontade e curiosidade.

Mais que criar espaços propícios para discussões desta natureza, é necessário e urgente capacitar as mulheres especificamente para ocuparem estas posições de liderança nos conselhos de administração.

Estamos esperançosos de que Minas Gerais caminha para dar este passo, pondo a lei em prática, garantindo o percentual inicial mínimo de 10% de vagas para mulheres nos conselhos de administração das estatais, até o atingimento do limite legal de 30%, com os ganhos advindos da pluralidade de perspectivas, confirmado em estudos: decisões ainda mais estratégicas e resultados financeiros bem mais sólidos.

Marinely Bomfim - Advogada, Secretária-Geral da Jucemg